



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO INSTITUTO PAROBÉ NOS ANOS 20

Carmen Angela Straliozzo de Andrade¹

Introdução

O Instituto Parobé, criado em 1906, constituiu a mais importante escola técnica do Rio Grande do Sul, formando mestres e contramestres para as áreas da construção mecânica e civil, marcenaria e artes. Destinava-se também à população de baixa renda e o ensino, gratuito, era em regime de internato. Em iniciativa pioneira, em 1920, foi criada uma *Seção Feminina*, para preparar condutoras de trabalhos domésticos e rurais.

Reconhecendo sua importância histórica, este artigo tem o propósito de analisar o ideário educativo defendido pelas políticas educacionais dos anos 1920 relativo à educação das mulheres, entendendo-o como expressão significativa da práxis pedagógica da educação profissional feminina no Instituto Parobé.

Para tanto, foi realizado um estudo exploratório, por meio de pesquisa documental, baseada nos relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre (Anexo I), referentes ao período de 1919 a 1929. Estes relatórios eram produzidos anualmente, e relatam os principais fatos que caracterizaram cada ano do Instituto. Complementando o estudo, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de se compreender todo o cenário político-social da década de 1920, em especial no que se refere às mudanças comportamentais em relação a educação das mulheres.

Desta forma, inicialmente é apresentada a retrospectiva histórica referente à década de 1920, destacando as mudanças sociais e políticas que conduziram à evolução da educação nesta época. Esta retrospectiva desvenda o contexto sob o qual a práxis pedagógica da educação profissional feminina do Instituto Parobé fundamentou-se.

Na sequência, apresentam-se os resultados da pesquisa documental realizada, os quais permitiram que se traçasse o histórico das mudanças na educação profissional que ocorreram na década de 1920 no Instituto Parobé. Estas mudanças tiveram como principal destaque o início da discussão sobre a educação feminina. Assim, destacam-se no texto a proposta curricular feminina e as reformas educacionais, culminado com a criação do Instituto de Educação, em 1929.

¹ Licenciada em Letras, Pedagoga, Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UNILASALLE, Canoas – RS, cursando a Especialização PROEJA/FACED/UFRGS – Turma B/2008. Coordenadora Pedagógica dos Cursos Técnicos da Escola Técnica Estadual Parobé/Porto Alegre.



Por fim, nas considerações finais, os resultados da pesquisa realizada são discutidos sob a luz da retrospectiva histórica do período em análise.

Retrospectiva Histórica

No Brasil na década de 20 ocorreram transformações de ordem política que limitaram progressivamente a autoridade masculina. O Estado passou a normatizar a vida social em diversos aspectos, como a administração da justiça, a segurança, a regulamentação dos direitos da propriedade, além de outras instituições extra familiares que assumiram muitas das funções da família patriarcal, como a medicina e a escola (FREYRE, 2003, p. 237-239).

O alto grau emocional feminino era expresso no direito da época, no *Código de Direito Civil Comentado*, de Clóvis Bevilacqua:

[...] em tudo aquilo que exigir mais larga e mais intensa energia intelectual, moral e física o homem será mais apto do que a mulher, mas em tudo que exigir dedicação, persistência, desenvolvimento emocional delicado, o homem não pode ser equiparado à sua companheira (BEVILAQUA, 1917, p. 3).

No entanto, o pátrio poder continuou a ser assegurado no plano jurídico, como evidenciado no Código Civil de 1916, segundo o qual a mulher permanecia subordinada a autoridade do pai e do marido, o que a impedia de gerenciar seus próprios bens econômicos, de exercer uma ocupação sem a autorização previa de um e de outro e de desfrutar o direito de voto (LOURO; MEYER, 1993, p. 48 – 49).

Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, a submissão e o acatamento da maternidade, e dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, no exercício da liberdade e a incorporação dos atributos de proteção e autoridade. Os limites de convivência entre os sexos eram claramente definidos e transmitidos de forma que fossem interiorizados sem questionamentos pelos agentes sociais que ditavam as normas de conduta.

O Positivismo e a moral conservadora, ao limitar a mulher no espaço privado, produziram um achatamento do potencial cultural feminino, ao direcionar sua educação para torná-la esposa, mãe e educadora dos filhos. Para que as moças desempenhassem o papel que lhes cabia, recebiam alguns conhecimentos básicos, as chamadas prendas domésticas, tais como costurar, bordar, fazer rendas e os serviços da casa transmitidos pelas suas mães.

Frágil e sentimental eram os atributos da *rainha do lar* e do *anjo tutelar*; representavam a imagem da perfeição feminina e foram amplamente reverenciados e difundidos pelos positivistas. Esses modelos exemplares tinham de ser seguidos por todas as mulheres, independente de sua



condição social, pois para Comte (1988) “o anjo deve ser invocado como protetor e modelo” (p. 20).

A educação era utilizada como símbolo de classe social e estava alinhada ao poder dominante, impunha-se como uma das únicas e possíveis alternativas de promoção de igualdade.

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e estabilidade social e política. (...) Como mediadora entre o velho e o novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e de disciplina social à instrução em conhecimentos e habilidades básicas. A tarefa atribuída à mulher era “civilizar”, “elevar” e “redimir” o mundo, não transformá-lo (BESSE, 1999, p. 142).

O fim último dessa educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e os cuidados com o marido e os filhos. A responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem de ser objeto de trabalho assalariado. Ou seja, a função da educação era mais socializadora no sentido da manutenção da domesticidade da mulher do que libertadora.

Tanto do ponto de vista de classe, quando dos significados sociais da educação feminina, segundo os quais as mulheres “continuariam a ser baluartes da ordem social e as guardiãs das relações e de gênero tradicionais” (BESSE, 1999, p.123), evidenciando o caráter limitado das conquistas educacionais da época.

A instituição escolar exerceu uma ação distintiva incumbindo-se de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela estavam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997, p. 57).

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, a necessidade de universalizar o ensino através da democratização da escola primária se conjugou com a idéia de dar uma destinação profissional às jovens das classes menos favorecidas. Os estabelecimentos de ensino surgiram como uma alternativa possível para a instrução feminina, além de suprir a necessidade de mão-de-obra.

O maior acesso à educação propiciado pela expansão do sistema escolar, observada a partir desta década, foi neutralizado pelo *conteúdo da educação* destinada nomeadamente às mulheres, visando prepará-las para o casamento e a maternidade. Mesmo considerando que as novas condições econômicas e sociais decorrentes da intensificação da urbanização e da industrialização, tenham favorecido a expansão da educação feminina a *significação social* da elevação do nível de escolaridade das mulheres foi contida pelo fato de não terem sido seriamente questionadas as relações de gênero tradicionais (BESSE, 1999, p. 122-143).



Considerada a *ciência do lar*, a *educação doméstica* não foi esquecida. Reivindicava-se que fosse destinado nas escolas um tempo maior dedicado a esse estudo; estudo considerado tão importante para a formação da mulher como uma perfeita dona de casa quanto ler e escrever. A concepção do professor Aprígio Gonzaga no Conselho de Educação de São Paulo, é uma das referências. Para esse educador “*A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira*”. A missão principal da mulher é de ser: “*mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações*”.

A centralidade posta na mulher-família tinha uma visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causavam a diferença de gênero de modo simples e inevitável, configurando-se numa política pública que enfatizava a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela saúde e outras necessidades que garantiam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia.

A educação feminina durante a República Velha sofreu um grande retrocesso, tanto na questão do ensino, como na preparação da mulher para o campo profissional, pois o Positivismo legitimou o conservadorismo.

Durante a Primeira Guerra, as mulheres saíram do casulo doméstico e foram trabalhar nas indústrias, a partir de 1915 na Inglaterra, França e Alemanha, devido a escassez de mão-de-obra e os baixos salários masculinos. Substituíram os homens nas indústrias de material bélico, atuavam como eletricitistas, encanadoras e em empreiteiras. Trabalhavam em cargos governamentais, em transportes, como o metrô de Paris e os ônibus de Londres, executavam reparos nos navios e trabalhavam nos estaleiros da marinha alemã. As inglesas ingressaram também nas Forças Armadas e na polícia. O trabalho feminino passou a ser necessário para a sociedade (BLACK, 1989, p. 674).

No Rio Grande do Sul, neste período, ocorreu o descontentamento gerado contra o governo positivista. Este descontentamento era resultante dos problemas econômicos e políticos iniciados com a conflagração mundial e com as sucessivas reeleições de Borges. A doutrina positivista se desgastou frente à nova mentalidade liberal que começava entrar, encontrando um campo bastante fértil para se instalar.

A concepção de *mulher guardiã da moral* começava a ser questionada frente às novas formas de comportamento mundial. Em 1922, as livrarias Globo e Selbach, em Porto Alegre, empregavam mulheres na seção de cartonagem e encadernação. Seus cabelos curtos e saias oito centímetros abaixo do joelho seguiam a nova tendência (ISMÉRIO, 1995, p. 103).



Após quatro séculos de vivência nos quadros rígidos do tradicionalismo patriarcal, em que a tônica era a ignorância e a submissão das mulheres, a oligarquia se assustava com o mundo moderno, que exigia a educação feminina. Significava para a sociedade brasileira, muito mais do que máquinas, ferrovias, eletricidade e bancos. Significava a extensão de direitos civis para todos, inclusive às mulheres. Na esfera educacional, o atendimento às leis naturais exigia para mulher uma educação inferior à do homem e nunca uma educação juntamente com ele, uma vez que a diferenciação dos dois sexos era considerada fundamental para a garantia da estabilidade moral e social.

O advento de uma sociedade em contato com o mundo moderno, que caminhava para a urbanização, a consolidação da classe social que se enriquecia na produção agrícola, mas que via no comércio e na indústria o futuro, demonstrava ser a educação feminina uma imposição social.

Na segunda metade do século XIX, o feminismo brasileiro foi um movimento modesto e emergente, constituído por mulheres de classe média e da oligarquia que buscavam os direitos civis, dentre eles, o direito de educação e o direito de voto.

Destaca-se, também, a realização da *Conferência pelo Progresso Feminino* organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino², no Rio de Janeiro, como reflexo de parte do pensamento do movimento feminista que se instalava no Brasil, na qual se instituiu as seguintes Comissões: Educação e Instrução; Legislação do Trabalho; Assistência às mães e a infância; Direitos Civis e políticos; Carreiras e profissões apropriadas a serem franqueadas ao sexo feminino. Nelas foram discutidos diversos assuntos, tais como: o *trabalho feminino nas fábricas*: habitação, condução, horas de trabalho, salários, higiene; sobre a *educação e instrução da mulher*: nacionalização do ensino público, das escolas profissionais, da educação doméstica; ensino primário, secundário e superior.

As principais preocupações da *Comissão de Educação e Instrução* foram se o ensino primário deveria ser obrigatório e a partir de que idade a criança deveria receber a educação proporcionada pelo Estado; a co-educação dos sexos; se as funções do magistério público primário deveriam ser privativas das mulheres e se o casamento era incompatível com o exercício do magistério primário; a difusão do estudo da economia doméstica com as suas aplicações à agricultura e a criação de escolas para mães de família onde se ensinasse além da economia e

² Acervo do Arquivo Nacional – “AP 46 – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. A entidade tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates.



prendas domésticas, a noção essencial de higiene e medicina infantil; se o ensino profissional deveria ser obrigatório para as mulheres.

A condição de uma escola como formadora da mão-de-obra feminina que servia ao lar, à indústria e ao comércio foi se consolidando ao longo de tempo, o que leva Afrânio Peixoto, Diretor de Instrução Pública no período de 1916 a 1917, em seu livro *A Educação da mulher*, de 1936, a se expressar da seguinte maneira em relação à escola profissional feminina: “A escola profissional, depois de Azevedo Sodré, [1915-1916] dá produtos, procurados nas indústrias femininas e no comércio da indumentária” (PEIXOTO, 1936, p. 111).

Disciplinada pelos homens, a educação profissional feminina continuou sendo um prolongamento da educação familiar. Enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento, e o estudo significava a preparação para isso. O poder não se nivelou, nem tampouco significou a liberação das mulheres.

Um conceito de gênero auxilia na compreensão dessas relações: “gênero é uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75), tratando-se, assim, de uma construção social, de uma forma primária de significar as relações de poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades.

O fato das mulheres relacionarem os comportamentos masculinos e femininos com a educação deixa lugar para inferir que essas relações não são consideradas naturais pelas mulheres. A tomada de consciência que antecede a uma nova concepção de mundo ainda não é suficiente para transformar radicalmente, na prática, as relações sociais, mas já anuncia a sua possibilidade.

A Educação Profissional Feminina no Instituto Parobé

A Educação Profissional no Instituto Parobé na década de 20 legitima a hegemonia masculina como detentora do poder econômico e político, no qual passa a ditar as regras e normatizações da instrução feminina.

No período de 1908 até 1921, o Instituto Parobé, dirigido pelo *Professor Dr. João Lüderitz*, foi um dos mais importantes Institutos da Escola de Engenharia de Porto Alegre, tendo-se em vista os fins a que se propunha, que eram de promover o ensino secundário superior técnico profissional de mecânica, de artes e ofícios, que se destinava preparar mestres e contramestres. Neste período o instituto ampliou o seu programa criando um curso noturno de aperfeiçoamento para os operários e menores que não puderam frequentar o curso diurno.



Em 1918 o Instituto Parobé, foi credenciado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº. 13064 de 12 de julho, como *Escola de Aprendizizes de Artífices do Rio Grande do Sul* e, em 1920 implementou a *divisão feminina* destinada ao preparo técnico e profissional de menores pobres. A educação, até então, dedicada somente ao sexo masculino, procurou abranger também, especialmente, o sexo feminino. Um curso de educação doméstica rural para meninas foi iniciado, tomando como exemplo a educação desenvolvida na Alemanha e nos Estados Unidos.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1922, passou a ser uma Universidade Técnica, de acordo com os modelos das Universidades Norte-Americanas, ficando os seus Institutos com o caráter de verdadeiras faculdades.

O Instituto Parobé, de ensino técnico e profissional, atendia os filhos de boa parte das classes menos favorecidas, as classes operárias e pobres. As matrículas estavam assim distribuídas: no curso diurno 433 alunos, no noturno 209 alunos e no curso feminino 87 alunas, sendo que do total de 729 alunos, 719 cursavam gratuitamente, e 10 em regime de internato.



Figura 1 – Divisão Feminina do Instituto Parobé

Em 1922, ainda, foi criado no Instituto Parobé, o *internato feminino* que passou a funcionar no mesmo prédio da Escola – Divisão Feminina, cujas obras foram concluídas em fevereiro, tendo sido matriculadas 10 alunas que passaram a ter aulas em 4 de maio do corrente ano. As alunas tinham licença de receber visitas das 16 às 17 horas nas quartas-feiras e sábados e das 10h às 11h30min aos domingos. As alunas que tinham familiares na cidade de Porto Alegre tinham licença para sair aos domingos, retornando às 17h30min ao internato.

E, em 1923, as visitas só podiam ser feitas na 1ª e na 3ª semana de cada mês e uma saída somente no 2º domingo, entre as 14h e às 18h, e no último domingo todo o dia, das 8h às 18h. As alunas que não tivessem boa conduta e aplicação perdiam o direito as saídas previstas no mês.



A Proposta Curricular Feminina no Instituto Parobé

Em 1922, o curso elementar feminino era composto por três anos, cuja proposta curricular era: o **1º ano** - leitura, caligrafia, cópia, gramática, contas, educação moral, desenho, costuras e bordados; o **2º ano** – português (gramática, ditado, caligrafia e leitura), aritmética, geometria, noções de ciências, história do Brasil (noções), educação moral, geografia, desenho, teorias de música, costuras e bordados; o **3º ano** – português (caligrafia e ditado), geometria, aritmética, noções de ciências, história do Brasil, geografia, educação moral, desenho, teorias de música, trabalhos manuais, costuras e bordados. O curso era ainda complementado por aulas de inglês, datilografia, cálculo comercial e taquigrafia.

Os trabalhos manuais desenvolvidos eram trabalhos de costura à mão e à máquina, bordados à mão e à máquina e de rafia. Concluíram o curso 37 alunas no 1º ano elementar, 13 alunas no 2º ano elementar e 04 alunas no 3º ano elementar.

O curso elementar feminino, em 1923, passou a ser composto por quatro anos, assim constituído: **1º ano**: português, caligrafia, contas, desenho, educação cívica, ginástica e higiene, trabalhos manuais e jardinagem; **2º ano** – português, aritmética, geografia do estado, história do estado e deveres cívicos, estudos da natureza, geometria, desenho ambidestro e caligrafia, música, trabalhos manuais, ginástica e higiene; **3º ano** – português, aritmética, geometria, geografia do Brasil, história do Brasil e direitos cívicos, estudo da natureza, desenho ambidestro e caligrafia, música, trabalhos manuais, ginástica e higiene e jardinagem; **4º ano** - português, aritmética, geometria, geografia, história do Brasil e direitos cívicos, ciências elementares, desenho, música, trabalhos manuais, ginástica e higiene e jardinagem.

Os trabalhos manuais desenvolvidos eram trabalhos de costura à mão e à máquina, bordados à mão e à máquina e de rafia, e os trabalhos práticos eram a horticultura, a pomicultura e a jardinagem. Concluíram neste ano 23 alunas no 1º ano elementar, 13 alunas no 2º ano elementar, 08 alunas no 3º ano elementar e 02 alunas no 4º ano elementar.

O Curso Elementar e o Curso Técnico Feminino

Em 1925, a divisão feminina do Instituto Parobé passou a preparar **condutoras de trabalhos domésticos e rurais**. A preparação das alunas era realizada em dois cursos consecutivos: **o elementar e o técnico**. O ensino em qualquer curso da divisão feminina era inteiramente gratuito, salvo para alunos livres que estudavam as disciplinas independentes da seriação exigida no curso. Além das alunas externas, mantinha-se um internato para 10 alunas gratuitamente.



O **curso elementar** era de quatro anos, cuja finalidade era preparar as alunas para o curso técnico. Nessa etapa, à parte de conhecimentos gerais era idêntica aos que eram ministrados em uma escola elementar, no entanto, o currículo era complementado por trabalhos manuais, desenho, lições de música, jardinagem e cultura física (educação física).

O **curso técnico**, criado neste ano, era de três anos, tornando-se o principal objetivo da divisão feminina. Nesta etapa, as alunas, além de ampliarem os conhecimentos de matemática, línguas e ciências aplicadas, estudavam a teoria e a prática, em economia doméstica, arte culinária, corte e costura, bordados, horticultura e pomicultura e labores femininos.

Os trabalhos domésticos e rurais eram indispensáveis para que fossem capazes de gerir eficientemente um lar. A proposta curricular do curso técnico era composta pelas seguintes disciplinas: português, inglês, física (meteorologia), zoologia, economia doméstica, desenho ornamental, ginástica, música, costuras, bordados, lavagem, engomagem, trabalhos manuais, trabalhos domésticos e rurais, jardinagem e horticultura.

A orientação do ensino em ambos os cursos foi executado de maneira a guiar a aluna para o lado prático das diversas disciplinas técnicas constante no currículo. Para isso, o Instituto dispunha de instalações especiais, tais como: ampla horta e pomar, lavanderia manual e mecânica, divisão de laticínios como estábulos, aviário, colméia e criação de pequenos animais. Concluíram o ano letivo: 18 alunas no 1º ano elementar, 15 alunas no 2º ano elementar, 10 alunas no 3º ano elementar e 03 alunas no 4º ano elementar.

No curso técnico, 03 alunas no 1º ano, e três alunas livres cursaram disciplinas sem dependência de qualquer seriação de ensino.

As Reformas Educacionais

Todas as reformas educacionais até 1925 visavam o aperfeiçoamento e a difusão do ensino secundário, com a superação do sistema de exame parcelados, que faziam desta etapa da escolarização apenas um preparatório para o ingresso no ensino superior. Não existiam propriamente umas redes de escolas secundárias organizadas nacionalmente. A escassez de estabelecimentos públicos de ensino definia o caráter altamente seletivo do ensino secundário que “encaminhado para os cursos superiores, e conseqüentemente, para as carreiras e profissões de maior prestígio, não é senão um instrumento de manutenção do status social elevado e de ascensão a este status” (NAGEL, 2001, p. 192).



No entanto, não obstante o viés elitista e como um efeito inesperado, a estruturação do ensino secundário favoreceu o acesso das mulheres a escola secundária. Em 1926, o curso técnico teve adequação em sua proposta curricular passando a ser composto pelas seguintes disciplinas: português, zoologia, inglês, economia doméstica, desenho ornamental, ginástica, música, costuras, bordados, lavagem, engomagem, trabalhos manuais, trabalhos domésticos e rurais, jardinagem, apicultura, avicultura, sericultura e horticultura, vacaria, caligrafia, história do Brasil e deveres cívicos, geografia geral, botânica agrícola, química-tecnologia, matemática, fisiologia, física e meteorologia, ciências elementares, cultura física, pintura e fotografia. Matricularam-se para o ano letivo de 1926: 27 alunas no 1º ano elementar, 15 alunas no 2º ano elementar, 07 alunas no 3º ano elementar e 03 alunas no 4º ano elementar. No curso técnico, 01 aluna no 1º ano e 03 alunas no 2º ano.

Em 1927, o curso técnico em sua proposta curricular passou a ser composto pelas seguintes disciplinas: português, caligrafia, história do Brasil e deveres cívicos, geografia geral, botânica agrícola, química-tecnologia, matemática, fisiologia, física e meteorologia, ciências elementares, zoologia, inglês, economia doméstica, desenho ornamental, ginástica, cultura física, música, costuras, bordados, pintura, fotografia, lavagem, engomagem, trabalhos manuais, trabalhos domésticos e rurais, jardinagem, vacaria, apicultura, avicultura, sericultura e horticultura, puericultura e medicina prática, higiene e assistência para cuidados em acidentes, víveres e alimentos, suinocultura, datilografia, contabilidade e literatura portuguesa.

Matricularam-se para o ano letivo: 44 alunas no 1º ano elementar, 12 alunas no 2º ano elementar, 05 alunas no 3º ano elementar e 08 alunas no 4º ano elementar. No curso técnico, 01 aluna no 1º ano, 03 alunas no 2º ano e as primeiras 3 alunas no 3º ano, que concluíram o ***Curso Técnico de Conductoras de Trabalhos Domésticos e Rurais***: Aracy Lomando, Íris Rabello e Irene Canabarro.

Em 1928, por conta da ***Reforma Fernando de Azevedo*** é dada uma nova orientação às escolas profissionais. Tendo por base o ideário escolanovista, a Reforma tinha como propósito aperfeiçoar o funcionamento de todo o sistema escolar. Para tanto, foram reestruturadas as instituições escolares existentes nos seus aspectos interno e externo e novas instituições foram criadas (NAGLE, 1974, p. 199). Assim, a Escola segue continuando a formar moças para serem *a futura rainha do lar* e em caso de necessidade *auxiliar suas famílias fora do lar*.

A Criação do Instituto de Educação



Em 11 de março de 1929, a divisão feminina do Instituto Parobé, passa denominar-se ***Instituto de Educação Doméstica e Rural***, desvinculando-se do mesmo. O Instituto Parobé passa a ofertar somente o Curso de Mestres e Contramestres, no diurno e o Curso de Aperfeiçoamento para operários, no noturno, cujo diretor foi o Professor Edmundo Conrad, e o Instituto de Educação Doméstica e Rural, o Curso de Conductoras de Serviços Domésticos e Rurais, cujo diretor foi o Professor Argymiro de Menezes Müzell.

No ***Instituto de Educação Doméstica e Rural***, para o Curso elementar, a idade mínima era de oito anos e para o Curso Técnico, de 12 a 15 anos, de acordo com o Ato nº. 616, de 12 de novembro de 1929, que limita a idade para matrícula nos diferentes Cursos da Escola de Engenharia de Porto Alegre ofertados em seus institutos.

No entanto, a proposta pedagógica permanece a mesma, não havendo nenhuma alteração significativa. Matricularam-se 39 alunas no 1º ano elementar, 16 alunas no 2º ano elementar, 08 alunas no 3º ano elementar e 05 alunas no 4º ano elementar. No *curso técnico*, 02 alunas no 1º ano e 03 alunas no 2º ano. Além das matrículas acima mencionadas, freqüentaram as aulas no Instituto, 03 alunas livres, cursando disciplinas sem dependência de qualquer seriação de ensino.

A educação é [...] uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas invenções de sua cultura, em sua sociedade. [...] participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades, e esta é a sua força (BRANDÃO, 2006, p.11).

Essa concepção de educação profissional oferecida pelo Instituto Parobé às mulheres, voltada para o papel social instituído a ela – o de servir ao homem, cuidar do lar e dos filhos, com raras exceções, é uma situação que vai persistir por longo tempo.

Considerações Finais

A sociedade brasileira da década de 20 desenvolveu-se na direção do aguçamento das desigualdades econômicas, políticas e sociais e, portanto, da redução da oportunidade de experiências culturais significativas. Para as mulheres, educar-se e instruir-se mais do que nunca significou quebrar as barreiras do espaço privado e conquistar o espaço público. Possuidoras de saberes domésticos e dos saberes privados sobre o mundo dos homens, desejavam o saber público, mesmo derivado do saber masculino. Esse saber público era, de certa maneira, a via de acesso ao poder. E tanto o saber como os poderes são passíveis de confronto com os sistemas de desigualdade e de opressão.

A categoria de gênero surge como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades sócio-culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para as



mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que fixa nas relações interpessoais e sociais através das quais são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais.

Entretanto, serve como um instrumento político de análise das relações construídas socialmente entre homens e mulheres, podendo variar entre raças, culturas, classes, dentre outros fatores culturais. A história da educação das mulheres nos mostra que elas só aprendiam o “necessário”, principalmente as artes domésticas, pois o importante era cuidar do lar, dos filhos e do marido. Esse ser mulher era reforçado tanto na educação doméstica, quanto na educação escolar. A questão da escolarização e profissionalização feminina nessa década adquire contornos que extrapolam a esfera restrita da educação escolar para se inscrever na dinâmica das mudanças sócio-culturais em curso.

As escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens ‘prendadas’, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura (LOURO, 1998, p. 62).

Mulheres e homens realizaram trajetórias educativas diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e os acessos ao saber foram socialmente orientados para mulheres e homens. Embora se considere que esse tipo de escolarização reiterasse os compromissos ideológicos de gênero, preparando apenas futuras mães e esposas (LOURO, 1993), as experiências desenvolvidas em escolas de formação profissional podem ser interpretadas como um laboratório social no qual foram vivenciados novos papéis que projetaram as mulheres no espaço público enquanto profissionais.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995/3.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 20).
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)**. São Paulo: Edusp, 1999.
- CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O ensino na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1926.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano**. 14ª ed. Revista, São Paulo, Global, 2003.
- ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- LOURO, Guacira Lopes e MEYER, Dagmar. **A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)**. Cadernos de Pesquisa (87), 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Em co-edição com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)



- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919):** uma face do conservadorismo. 2.ed. Maringá:Eduem, 2008.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro:DP&A, 2001.
- PEIXOTO, Afrânio. **A educação da mulher.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação e Realidade.**Vol. 20, n.2, p.71-99, Porto Alegre:Pannonica, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. **Idéias [FDE]**, São Paulo, n.26, p.29-41, 1995.
- STREY, M.N. Gênero. In: JACQUES, M.G.C. et al. **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma Palavra para Desconstruir Idéias e um Conceito Empírico e Analítico. Gênero no Mundo do Trabalho. **I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil.** p.16-30. Campinas, 2000.

Anexo I: Relatórios – Escola de Engenharia de Porto Alegre/UFRGS (1920-1930) utilizados na Pesquisa Documental.

- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1919, (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1922 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1923.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1923 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1924.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1925 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1926 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1927.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1927 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1928.
- Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Referente ao ano de 1929 (extractos). Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930.